

AGRICULTURA FAMILIAR, ECONOMIA CIRCULAR E EMPREENDEDORISMO RURAL: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA NACIONAL NOS ÚLTIMOS 4 ANOS.

Luísa Brock Quinto

Janaina Marchi

RESUMO

O apelo à preservação do meio ambiente, a escassez dos recursos naturais e a importância de uma produção sustentável surgem como premissas para a construção desse trabalho, cujo objetivo geral consistiu em compreender a relação existente entre os conceitos de economia circular, agricultura familiar e empreendedorismo rural em textos acadêmicos publicados nos últimos 4 anos na base de dados *Scielo*. Este trabalho é um estudo qualitativo, do tipo “estado do conhecimento” e de caráter descritivo. Foi realizada uma revisão do que já foi produzido sobre estas temáticas, o que está sendo estudado e quais as novas perspectivas. A coleta de dados foi realizada na base de dados *Scielo*, onde, inicialmente, buscaram-se artigos que apresentassem os conceitos de forma conjugada em um único texto. Entretanto, não se obteve nenhum resultado. Esta primeira resposta é importante, uma vez que revela a inexistência, nesta base e neste recorte temporal, de pesquisas que englobem esses três conceitos. Posteriormente, a partir da utilização individual dos descritores, a pesquisa apresentou sessenta e sete resultados para o conceito de “agricultura familiar”, mas apenas um para “economia circular” e um para “empreendedorismo rural”. Assim, foi possível verificar que, apesar de existentes, os estudos alusivos a estas temáticas (economia circular e empreendedorismo rural) ainda são pouco representativos em números. Além disso, foi possível observar que nos textos referentes à temática da agricultura familiar, este conceito projetado à experiência prática, foi apresentado como sendo o possibilitador de viabilizar a realização da economia circular e do empreendedorismo rural.

PALAVRAS-CHAVE: Economia circular; agricultura familiar; empreendedorismo rural.

1 INTRODUÇÃO

Muitos dos problemas ambientais existentes estão diretamente ligados à produção desenfreada de lixo e ao consumo exacerbado dos recursos naturais. Neste sentido, surge a preocupação com o formato do sistema linear em que a sociedade está inserida, onde se traduz nas seguintes etapas: extração, produção, distribuição e disposição (BERNDTSSON, 2015).

A insustentabilidade desse modelo inicia-se pelo fato de vivermos em um planeta com recursos finitos. Conforme apontado no relatório “Os Limites do Crescimento” publicado em 1972, os limites do planeta seriam atingidos em 100 anos, se a população continuasse a crescer tão rapidamente e conseqüentemente, a produção de alimentos, a poluição e industrialização (DE OLIVEIRA, 2012).

Tratando-se de produção de alimentos, a agricultura é e sempre foi essencial para a continuidade da vida humana. Com o crescimento da população, fez-se necessário o aumento da produção de alimentos e, por volta de 1960, com a Revolução Verde, surgem as primeiras máquinas e tecnologias voltados para a produção em larga escala (OCTAVIANO, 2010). A partir disso, a agricultura que antes era de subsistência e local, passa a ser de exportação, com a produção de grãos como o arroz, soja e milho. Segundo Octaviano (2010), essa produção em latifúndios, de larga escala, traz consequências negativas para a sociedade brasileira, como a subnutrição de milhares de indivíduos. Além das consequências ambientais, como o desmatamento, poluição da água e dos solos.

Embora a agricultura latifundiária domine a maior parte das terras brasileiras, a agricultura familiar é a responsável por alimentar a maioria da população (WANDERLEY, 2014). Neste viés, nota-se a importância da agricultura familiar no país. De acordo com a Lei 11.326 (BRASIL, 2006), agricultor familiar ou empreendedor rural, são termos diferentes que referenciam o mesmo sujeito, vistos como aquele que exerce suas atividades em área rural, obtém deste local sua renda e tem como mão de obra e gerenciamento do estabelecimento a própria família. Já McClelland (1971), caracteriza os empreendedores como sendo pessoas com liderança, persistência, audácia, determinação e possuem coragem para assumir riscos. Identifica-se, então, uma dispersão sobre o conceito de agricultor familiar e empreendedor rural na literatura e legislação brasileira.

A fim de agregar valor à cadeia produtiva e com intenção de preservação ambiental, o agricultor deve reaproveitar todos os recursos possíveis. Os resíduos orgânicos podem retornar para a terra como forma de matéria-prima para a produção de novos alimentos. Sendo bem manejados, esses resíduos têm um grande potencial produtivo, além de reduzirem os custos da operação (DINIZ FILHO et al., 2007). Esse reaproveitamento de recursos está diretamente relacionado com a economia circular.

Essa prática gera vantagens competitivas, independência, agrega valor ao processo, reduz custos e impactos ambientais (DINIZ FILHO et al., 2007). Portanto a economia circular aplicada à agricultura familiar é extremamente benéfica para todas as partes: meio ambiente, agricultor familiar, sociedade e economia.

Dentro desse contexto, uma possibilidade assenta na perspectiva da Economia circular projetada para a produção de alimentos com foco em pequenas propriedades rurais. Esse modelo congrega elementos importantes a nível ambiental, pois trabalha com a ideia de reaproveitamento e ciclo fechado; a nível social, uma vez que, aborda o trabalho do pequeno produtor do campo de maneira valorizada e positiva além de oportunizar alimentos nutritivos e

naturais para a sociedade; e, a nível econômico, pois gera e distribui renda à medida que integra as famílias de produtores como possibilidade de oferta de alimentos, em detrimento das grandes indústrias alimentícias.

Tendo em vista o exposto, o presente trabalho teve como problemática responder a seguinte questão: Qual a relação existente entre os conceitos de economia circular, agricultura familiar e empreendedorismo rural apresentados em textos acadêmicos publicados nos últimos 4 anos na base de dados *Scielo*?

A partir da problemática de estudo, definiu-se, como objetivo geral para este trabalho, compreender a relação existente entre os conceitos de economia circular, agricultura familiar e empreendedorismo rural apresentados em textos acadêmicos publicados nos últimos 4 anos na base de dados *Scielo*. Com vistas ao alcance do objetivo geral, definiram-se, como objetivos específicos: identificar trabalhos acadêmicos que abordam as temáticas de economia circular, agricultura familiar e empreendedorismo rural, e que foram publicados nos últimos 4 anos; apresentar os conceitos de economia circular, agricultura familiar e empreendedorismo rural e compreender a relação entre eles; observar se e de que maneira, a economia circular e a agricultura familiar impactam no empreendedorismo rural a partir da literatura pesquisada.

A temática deste estudo, e os objetivos dela derivados, convergem à questão ambiental que pode ser analisada a partir de diversos aspectos. Dentre eles, a conscientização sobre os limites ambientais, a escassez de recursos e o alto índice de geração de lixo desperta à necessidade de um novo modelo econômico. Um sistema que dispõe de produtos e serviços necessários, mas sem o aumento da extração de recursos e a quantidade de resíduos depositados no meio ambiente. Desta forma, a chamada economia circular surge com essa pretensão.

O apelo pela preservação do meio ambiente, a escassez dos recursos naturais e a importância de uma produção sustentável surgem, assim, como premissas para a construção desse trabalho. Com isso, o conceito de economia circular é a base para este estudo, aplicado sobre a agricultura familiar, demandando por inovação, nota-se necessário o empreendedorismo rural.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesse tópico serão apresentadas as diferentes visões acerca de três conceitos: Economia circular, agricultura familiar e empreendedorismo rural. Incluindo a definição dos conceitos, origens e relação entre eles.

2.1 Economia circular

O surgimento desse conceito não é novo, R.W. Hofman, primeiro presidente da Royal Society of Chemistry, declarou em 1848 “em uma fábrica de produtos químicos ideal, não há nenhum desperdício, mas apenas produtos. Quanto melhor uma fábrica real faz uso de seus resíduos, quanto mais se aproxima de seu ideal, maior é o lucro” (SEHNEM e PEREIRA, 2019, P.37 apud LANCASTER, 2002; MURRAY; SKENE & HAYNES, 2017).

A definição mais recente de Economia Circular foi fornecida pela Fundação Ellen MacArthur (2012):

Economia circular é um sistema industrial restaurativo ou regenerativo por intenção e design. Ele substitui o conceito de 'fim de vida' por restauração, muda para o uso de energia renovável, elimina o uso de produtos químicos tóxicos que prejudicam a reutilização e visa a eliminação de resíduos através do design superior de materiais, produtos, sistemas e, dentro disso, modelos de negócios.

Este nome provém de uma combinação de conceitos já existentes anteriormente, considerando a geração de economia de recursos e os ganhos potenciais acumulados nesse modelo (MILIOS, 2018). Em 1996, a Alemanha foi a pioneira na utilização do termo Economia Circular, com a aprovação de uma lei de gestão de resíduos em ciclo fechado. Logo após, em 2000, o Japão iniciou um projeto voltado à economia circular, tornando uma sociedade voltada para à reciclagem (ZANG, 2006).

Para a Confederação Nacional da Indústria (2016) a Economia Circular pode ser vista como uma forma de estrutura, que inclui as seguintes escolas e linhas de pensamento: Ecologia Industrial, Engenharia do Ciclo de Vida, Gestão do Ciclo de Vida, Economia de Performance etc. Já para a Fundação Ellen MacArthur (EMF, 2012), as principais escolas que participaram da construção do conceito de Economia Circular são: *Design* regenerativo; Economia de performance; *Cradle-to-Cradle* (do berço ao berço); Ecologia Industrial e Biomimética.

De acordo com Sehnem e Pereira (2019), a palavra circular é atribuída ao conceito por remeter à ideia de ciclo, indo ao contrário da economia linear. Na economia circular, os ciclos são bioquímicos ou técnicos. Além disso, a economia circular é vista como um modelo que objetiva produzir valor sem degradar a natureza, protegendo-a e preservando-a.

O ciclo biogeoquímico está relacionado com elementos químicos, aos insumos e aos resíduos biológicos (como por exemplo, o ciclo da água). O ciclo técnico é responsável por transformar o que o biogeoquímico não foi capaz (reciclagem, restauração, reuso), evitando a troca por um novo produto e o descarte (MURRAY; SKEN; HAYNES, 2015; EMF, 2012; GONZALEZ, 2018).

Ainda sobre os ciclos, a EMF (2012) destaca que os produtos devem ser planejados para obterem o máximo de valor agregado em sucessivos ciclos, evitando a disposição em aterros.

Stahel (2016), defende a extensão de vida útil dos bens, através da reutilização, reparação, renovação e reciclagem. Para ele o termo resíduo não existe. Há necessidade de um modelo circular, para que os recursos escassos não sejam simples objetos de consumo rápido e depois de pouco tempo de vida sejam descartados como resíduos.

Na economia circular, o que seria resíduo é transformado em recursos para a produção de novos bens, através da reciclagem e reutilização, agregando valor e prolongando a vida útil desse material (GREGSON, N. et al., 2015). Concomitante a essa ideia, Braungart, Michael et al. afirmam que um resíduo deve prover a origem de um novo produto, portanto, um resíduo é um recurso.

O valor dos insumos retirados da natureza deve ser conservado, num ciclo de vida infinito, por meio de cadeias produtivas integradas. O destino desses recursos deve fazer parte do processo de *design* de produtos, e não uma preocupação de gerenciamento dos resíduos (WEBSTER, 2015).

Conforme Kirzherr et al. (2017), a economia circular opera em três níveis: nível micro (produtos, empresas, consumidores), nível *meso* (parques industriais) e nível macro (cidade, região, país). Nesse modelo, o termo ‘fim de vida’ é substituído por redução, reuso, reciclagem, e tem por objetivo o desenvolvimento sustentável, gerando benefícios para as gerações futuras.

Segundo Araújo e Vieira (2017), a economia circular é um marco de mudança, uma nova fase, para vários países, através de alterações nas suas legislações para que os recursos sejam utilizados de uma forma mais eficiente. No Brasil, a Lei 12.305/2010 é considerada um marco de mudança, conhecida como Política Nacional dos Resíduo Sólidos (PNRS). Trata-se da Gestão dos Resíduos Sólidos, por meio da não geração, redução, reutilização e reciclagem.

Alguns de seus princípios são: a prevenção; a visão sistêmica, na gestão dos resíduos sólidos, que considere as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública; o desenvolvimento sustentável; a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos; o respeito às diversidades locais e regionais (BRASIL, 2010).

Lançado em novembro de 2011, o Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS) é um documento que orienta as ações do consumidor, das organizações e do governo para padrões mais sustentáveis de produção e consumo. “Todos têm a oportunidade de se engajar nesse processo como agentes de transformação, seja fortalecendo e conferindo escala às ações em curso, ou desenvolvendo novas iniciativas voltadas à produção mais limpa e o consumo sustentável” (MMA, 2020, s/p).

Portando, a economia circular projeta-se dentro de todos os processos produtivos, seja ele fabril ou não. Podendo inserir-se no processo de produção de alimentos, por exemplo. Na agricultura, a sobra dos alimentos, cascas e sementes devem voltar para a terra como forma de adubo. Assim, nada é desperdiçado e, o que seria rejeito, torna-se insumo para a produção de novos alimentos, fechando o ciclo desse processo.

Em 2015, o Papa Francisco escreveu uma carta sobre o Cuidado da Casa Comum, onde deixa claro que tudo está conectado.

Nalguns lugares, estão a desenvolver-se cooperativas para a exploração de energias renováveis, que consentem o auto-abastecimento local e até mesmo a venda da produção em excesso. Este exemplo simples indica que, enquanto a ordem mundial existente se revela impotente para assumir responsabilidades, a instância local pode fazer a diferença. Com efeito, aqui é possível gerar uma maior responsabilidade, um forte sentido de comunidade, uma especial capacidade de solicitude e uma criatividade mais generosa, um amor apaixonado pela própria terra, tal como se pensa naquilo que se deixa aos filhos e netos (FRANCISCO, cap. V. 179, 2015).

Conforme o trecho acima, é possível notar a importância de uma cooperação local, onde tudo o que é produzido em determinada região é retornado para esta, convertendo seu valor para a própria comunidade. Este posicionamento local, se somado, aplicado em diversas regiões, tende-se a solucionar problemáticas de larga escala.

2.2 Agricultura familiar

A história da agricultura no Brasil inicia-se muito antes da chegada de Pedro Álvares Cabral. Os povos indígenas que aqui habitavam eram, na maioria, seminômades e viviam da caça, pesca e coleta. Assim que os recursos ficavam escassos, eles migravam para outros locais. Posteriormente, algumas tribos, como os tupis, passaram a cultivar algumas plantas e se tornaram agricultores. As principais plantas cultivadas inicialmente foram a mandioca, milho e batata doce (REIFSCHNEIDER et al., 2010).

Em tempos recentes, por volta de 1960, a agricultura passa por um processo de modernização, adotando máquinas e equipamentos, permitindo a produção em larga escala. Muitos dos trabalhadores rurais passam a ser necessários apenas na época de colheita e perdem suas moradias no campo, já que no restante do ano as máquinas trabalham por eles (WANDERLEY, 2014).

Esse processo de modernização foi consequência da Revolução Verde, que gerou impacto em todo o mundo, principalmente nos anos 1960 a 1970. O movimento tinha a promessa do aumento de produção, através das tecnologias agrícolas. Sobretudo, no Brasil, a Revolução trouxe mais impactos negativos do que positivos. O aumento da produção aconteceu,

mas ela passou a ser exportada, deixando o Brasil com milhões de subnutridos. Outro problema consequente foi a concentração fundiária, expulsando do campo, muitos dos pequenos produtores (OCTAVIANO, 2010).

Segundo Carneiro (1999), na agricultura familiar há uma cooperação entre o trabalho, a terra e a família, com o objetivo de produção. Martins (2001), complementa dizendo que a agricultura familiar é uma entidade de geração da família, onde o centro está na relação direta com a terra e com a produção agrícola.

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho, vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional. É perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiar) estão presentes em todas elas (ABRAMOVAY, 1997, p.3).

Lamarche (1993), menciona que a história da agricultura familiar teve início em três aspectos marcantes: grandes propriedades; monoculturas de exportação e a escravatura. A história da agricultura no Brasil reflete o formato como sucedeu-se a colonização, a dominação econômica e política, a escravidão e a imensidão de terras passíveis de ocupação (WANDERLEY, 2001).

Segundo Motta e Guimarães (2007), foi consequência do fim do sistema escravista e do monopólio das terras. Os trabalhadores iniciaram alguns cultivos variados de subsistências em pequenos espaços de terras. E, no fim do século XX, a agricultura familiar passou a ser pauta na mídia, ocupando espaços na agenda política nacional (PINHEIRO, 2001).

Em 1995 é lançado o Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, como linha de crédito de custeio. Já em 1996, com as reivindicações da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, foi criado o PRONAF (Programa Nacional dos Trabalhadores da Agricultura Familiar) (SAVOLDI e CUNHA, 2010). Segundo Souza (1999), o programa foi criado a fim de aumentar a capacidade produtiva, gerar empregos e melhorar a renda desses agricultores, promovendo o desenvolvimento rural.

De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2020), a agricultura familiar no Brasil é responsável pela maior parte da produção de alimentos para o consumo da população. É formada por pequenos produtores rurais, comunidades tradicionais, silvicultores, extrativistas e pescadores. A agropecuária é a principal fonte de renda dessas famílias, que fazem daquela propriedade seu local de trabalho e sua residência.

Consoante a essas informações, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2009, p.20) analisa que “a agricultura familiar é responsável por garantir boa parte da segurança alimentar do País”. Para Garcia Filho (1999) há diferentes tipos de produtores na agricultura, devido as distintas condições socioeconômicas, meios de produção, práticas agrícolas, suas histórias e seus critérios de decisão. Abramovay (1992) afirma que a herança histórica camponesa justifica as diferentes formas e características da agricultura familiar. E ainda complementa dizendo que o Estado também é responsável por essas diferentes maneiras da agricultura.

Definindo as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e criando critérios para identificar esse público, é criada a Lei 11.326, no ano de 2006. Conforme essa legislação, é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, possui área de até quatro módulos fiscais, mão de obra da própria família, renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família.

Os agricultores familiares, na sua maioria, encontram-se isolados geograficamente e socialmente, muitas vezes sem acesso à internet. Esse distanciamento da informação e da civilização, afeta seus negócios e suas ambições. Além da falta de incentivo social e o conservadorismo. Tais fatores corroboram para a dificuldade dos AF (Agricultor Familiar) em inovar, empreender e arriscar.

2.3 Empreendedorismo rural

De acordo com Schumpeter (1985), o empreendedor é aquele que implementa novas ideias, que faz coisas novas, ou faz coisas que já haviam sido feitas só que de outras maneiras. McClelland (1971) caracteriza os empreendedores com sendo pessoas com liderança, persistência, audácia, determinação e possuem coragem para assumir riscos.

“Empreendedorismo é o envolvimento de pessoas e processos que, em conjunto, levam à transformação de ideias em oportunidades, e a perfeita implementação destas oportunidades leva à criação de negócios de sucesso” (VALENCIANO SENTANIN e BARBOZA, 2005, p. 2). Para Reis e Armond (2012), empreendedorismo é uma palavra simples, mas com um importante significado: permitir que pessoas realizem seus sonhos e mudem o mundo para melhor, movimentando a economia.

De acordo com a teoria comportamental de David McClelland, a principal característica para alavancar um negócio é a realização pessoal (FILLION, 1999). Tratando-se de

empreendedorismo rural, este pode ser definido como a "necessidade de controlar e gerenciar um número cada vez maior de atividades que podem ser desenvolvidas dentro de uma propriedade do setor agropecuário" (ANTUNES, FLORES e RIES, 2006, p.19).

Segundo Endo, Back e Hofer (2018) o empreendedorismo no meio rural proporciona a diversificação das atividades, assim melhorando o desempenho financeiro, já que não dependem apenas de um negócio. Para que o empreendedor rural tenha um bom resultado, é necessário o acesso à informação, às novas tecnologias e que este conheça as políticas públicas que lhe favorece (MARQUES, SILVA, 2014).

O mercado exige que o empreendedor rural esteja sempre se adaptando, reformulando e aprimorando sua produção, de acordo com seu conhecimento e capacidade criativa (CELLA, 2002). Tinoco (2006) complementa afirmando que o dinamismo e a capacidade de adaptação são necessários para o empreendedor rural. É preciso gerir os recursos financeiros, humanos, insumos, a comercialização de maneira eficiente e de ter conhecimentos técnicos (ARNOLD, 2011).

Além do gerenciamento dos recursos, é inevitável a aceitação do risco, uma vez que as atividades rurais dependem fortemente dos fatores climáticos para conquistar bons resultados (LEITE e MORAES, 2014). "A riqueza dos empreendimentos depende, sobretudo das pessoas que as empreendem, e no século XXI, não basta somente intuição é preciso competência" (SERTEK, 2007, p. 18).

A fim de melhorar a competitividade do agricultor familiar no mercado, incentivando-o e tornando-o um empreendedor de sucesso, surgem as redes de cooperação, organizações e grupos de empreendedores (DE OLVEIRA ESTEVAM, MIOR, 2014). Essas sociedades permitem a troca de conhecimento, de experiências, assim fortalecendo os empreendimentos rurais.

O empreendedorismo rural está estritamente vinculado ao agricultor familiar, pois este é o agente executor do empreendimento. O maior bem de um AF são a terra, os recursos naturais disponíveis em sua propriedade, e para que seu negócio seguir em ascensão é preciso gerir corretamente esses recursos. Nesse sentido, o AF deve pensar no processo produtivo como um ciclo, onde todos os recursos utilizados devem voltar para a natureza como forma de insumo para novos produtos, isto é, a economia circular.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo é apresentado a metodologia utilizada para a execução desse trabalho, que tem por objetivo identificar qual a relação existente entre os conceitos de economia circular, agricultura familiar e empreendedorismo rural apresentados em textos acadêmicos publicados nos últimos 4 anos na base de dados *Scielo*.

No presente trabalho foi realizado um estudo qualitativo, do tipo “estado do conhecimento” e de caráter descritivo. Para Malhotra (2001, p. 155) a pesquisa qualitativa pode ser definida como “metodologia de pesquisa não estruturada, exploratória, baseada em pequenas amostras, que proporciona *insights* e compreensão do contexto do problema”. Deste modo, será realizada uma compreensão e interpretação do conteúdo presente nos textos pesquisados na base selecionada, e não os números ou resultados estatísticos.

Estado do conhecimento ou estado da arte, é, para Messina (1998, p. 01), “um mapa que nos permite continuar caminhando; um estado da arte é também uma possibilidade de perceber discursos que em um primeiro exame se apresentam como descontínuos ou contraditórios. Em um estado da arte está presente a possibilidade de contribuir com a teoria e prática”.

O caráter descritivo foi escolhido pois, segundo Triviños (2008), as pesquisas descritivas, como o nome já diz, têm como principal objetivo descrever criteriosamente os fatos de determinado assunto ou temática. Além disso, não foram utilizadas fontes de dados primárias, mas sim uma pesquisa bibliográfica através de textos disponíveis na plataforma *Scielo*.

A coleta de dados foi realizada no repositório *Scielo*. Esta plataforma é uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção de periódicos científicos brasileiros selecionados. Tem uma identidade que se aproxima do contexto latino-americano, e suporta em sua plataforma, mais de 1800 (um mil e oitocentos) periódicos, e mais de 424000 (quatrocentos e vinte e quatro mil) documentos, conforme dados da própria plataforma (SCIELO, 2020). Além de sua confiabilidade, esta plataforma é digital e de acesso gratuito. A quantidade e qualidade de suas publicações também foram fatores que contribuíram pela escolha desse repositório. Este conta com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e está vinculado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

A pesquisa dos conceitos, conforme formato demonstrado a seguir no Quadro 1, teve a intenção de compreender se existe uma relação entre eles e quais são essas relações. A fim de executar a busca por publicações referente a temática escolhida, inicialmente foram escolhidos os seguintes descritores:

DESCRITORES
Economia circular X Agricultura familiar
Agricultura familiar X Empreendedorismo Rural
Empreendedorismo Rural X Economia circular
Empreendedorismo Rural X Economia circular X Agricultura familiar

Quadro 1: Quadro de descritores

Fonte: Autora

Para os termos de “agricultura familiar” e “empreendedorismo rural”, conforme visto no referencial teórico, no que se refere à legislação, esses conceitos são tratados como tendo o mesmo significado. Enquanto na literatura, esses conceitos são vistos como distintos. Portanto optou-se por pesquisar esses termos de forma isolada a fim de identificar e assimilar quais são seus possíveis e reais significados. Como instrumento de tabulação para a análise de dados, foi criado o quadro a seguir que referencia o título, o resumo, a área do conhecimento, a data de publicação e os autores.

ESTADO DO CONHECIMENTO	
DADOS	INFORMAÇÕES BUSCADAS
Título	Palavras descritoras ou referências aproximadas
Resumo	Relação entre os conceitos, nível de embasamento teórico e/ou a nível de resultados
Área do conhecimento	Área de origem da publicação
Data de publicação	Período em que foi publicado
Autores	Qual a formação dos autores

Quadro 2: Quadro de análise de dados

Fonte: Autora

A partir da fonte de busca no repositório *Scielo* com os descritores citados anteriormente, foi analisado o título dos trabalhos, assim realizou-se uma filtragem superficial, pois nos títulos constam a principal temática que estão presentes no corpo do texto.

O resumo apresenta uma visão panorâmica do trabalho, incluindo os seus resultados. Essa parte do documento é fundamental, especialmente quando o período para a pesquisa é limitado, assim é possível realizar uma leitura preliminar, e se necessário, realizada a leitura do texto na íntegra.

A área do conhecimento revela a origem de tal trabalho. A data ou ano de publicação informa se tal documento é recente, atualizado ou antigo. E por fim, a partir dos autores podemos identificar quais suas áreas de formação e o grau de qualificação. Todos esses dados

resultarão no propósito final dos objetivos desta pesquisa, que busca, além da compreensão dos conceitos de economia circular, agricultura familiar e empreendedorismo rural, a relação existente entre eles. A partir do entendimento destes conceitos transfigurados, surgem possibilidades de intervenção social, a fim de oferecer soluções reais a complexos problemas da atualidade que referenciam o meio ambiente, produção de alimentos e valorização do agricultor familiar.

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

Neste capítulo são apresentados os resultados da pesquisa feita ao longo deste trabalho, que teve como objetivo principal identificar qual a relação existente entre os conceitos de economia circular, agricultura familiar e empreendedorismo rural apresentados em textos acadêmicos publicados nos últimos 4 anos na base de dados *Scielo*.

4.1 Economia circular, agricultura familiar e empreendedorismo rural: identificando os conceitos em trabalhos acadêmicos

A fim de identificar os trabalhos acadêmicos que abordam as temáticas de economia circular, agricultura familiar e empreendedorismo rural, que foram publicados nos últimos 4 anos na base de dados *Scielo*, inicialmente foram pesquisados os descritores combinados conforme apresentado no Quadro 1 disposto na metodologia.

A pesquisa, conforme exposto na metodologia, não apresentou nenhum resultado, demonstrando que ainda não há publicações que abordem esses descritores conjugados. Ciente dessa condição, foram realizadas novas buscas, a partir da utilização individual dos descritores, aplicando os seguintes filtros: Coleções (Brasil); Idioma (português); Ano de publicação (2018, 2019, 2020, 2021); Áreas temáticas (Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas), pois assim, a concentrada na área de interesse da pesquisadora, e contemplou-se os parâmetros de seleção apresentados na seção 3 deste trabalho.

Para o descritor “agricultura familiar” foram encontrados 67 resultados e, para a análise, foram selecionados os dez trabalhos mais citados dentre os pesquisados. Já para os conceitos de “empreendedorismo rural” e “economia circular”, foram identificados apenas 1 artigo para cada.

No Quadro 3 a seguir, estão presentes os resultados da pesquisa, contendo o descritor buscado, o título, a área do conhecimento, data de publicação e os autores.

ARTIGO	DESCRITORES	TÍTULO	ÁREA DO CONHECIMENTO	DATA DE PUBLICAÇÃO	AUTORES
1	Empreendedorismo rural	Práticas e mecanismos de uma tecnologia social: proposição de um modelo a partir de uma experiência no semiárido	Ciências Sociais Aplicadas	Junho, 2020	Souza, Ana Clara Aparecida Alves de; Pozzebon, Marlei.
2	Economia circular	Princípios de economia circular para o desenvolvimento de produtos em arranjos produtivos locais	Ciências Humanas	Dezembro, 2019	Oliveira, Fábio Ribeiro de; França, Sergio Luiz Braga; Rangel, Luís Alberto Duncan
3	Agricultura familiar	Pluralismo, neocorporativismo e o sindicalismo dos agricultores familiares no Brasil	Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas	Abril, 2018	Picolotto, Everton Lazzaretti
4	Agricultura familiar	Ruralidades e Política Ambiental: heterogeneidade socioeconômica e lógicas indiferenciadas dos projetos públicos de pagamento por serviços ambientais	Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas	Junho, 2018	Chiodi, Rafael Eduardo; Marques, Paulo Eduardo Moruzzi; Muradian, Roldan Sarache
5	Agricultura familiar	Agricultura familiar e mercados atacadistas: dinâmicas sociais da Central de Comercialização da Agricultura Familiar (Cecaf/Ceasa) em Recife – Pernambuco	Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas	Junho, 2018	Moraes, Juliana Gomes; Pires, Maria Luiza Lins e Silva.
6	Agricultura familiar	O financiamento do desenvolvimento territorial no Jequitinhonha mineiro entre 2003-2015	Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas	2021	Batista, Andréa Assunção; Ribeiro, Eduardo Magalhães; Gomes, Natalino Martins; Paula, Andréa Narciso de.
7	Agricultura familiar	A organização do trabalho familiar sob a influência da produção de dendê em Tomé-Açu, Pará	Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas	Agosto, 2019	Mota, Dalva Maria da; Ribeiro, Laiane; Schmitz, Heribert
8	Agricultura familiar	Diversificação produtiva e de comercialização de agricultores familiares assentados de Mirandópolis (SP): contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos	Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas	Dezembro, 2019	Modenese, Valéria da Silva; Sant'Ana, Antonio Lázaro
9	Agricultura familiar	Mulheres rurais e o protagonismo no desenvolvimento rural: um estudo no município de Vitorino, Paraná	Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas	Abril, 2020	Schneider, Clair Odete; Godoy, Cristiane Maria Tonetto; Wedig, Josiane Carine; Vargas, Thiago de Oliveira.
10	Agricultura familiar	Os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre o agronegócio e a alimentação	Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas	Dezembro, 2020	Schneider, Sergio; Cassol, Abel; Leonardi, Alex; Marinho, Marisson de M.
11	Agricultura familiar	Diferenças regionais de tecnologia na agricultura familiar no Brasil	Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas	Dezembro, 2019	Souza, Paulo Marcelo de; Fornazier, Armando; Souza, Hadma Milaneze de; Ponciano, Niraldo José.
12	Agricultura familiar	Agricultura familiar e alimentação escolar: desafios para o acesso aos mercados institucionais em três municípios mineiros	Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas	Dezembro, 2019	Assis, Thiago Rodrigo de Paula; França, André Guerra de Melo; Coelho, Amanda de Melo

Quadro 3: Identificação dos artigos acadêmicos

Fonte: Autora

A partir da busca realizada e acessando o conteúdo dos trabalhos, tornou-se possível identificar pontos importantes, que auxiliaram na compreensão dos aspectos fundamentais desta pesquisa. Para o descritor “empreendedorismo rural”, o título do artigo encontrado retrata tecnologias do campo aplicadas em benefício da sociedade, mas não evidencia no título o conceito/descriptor pesquisado. Este é um estudo voltado para as Ciências Sociais, fato reforçado quando se constata que uma das autoras deste artigo é Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Para o descritor “economia circular”, o título remete ao tema da própria economia circular, visualizada em contexto local, com foco na configuração de arranjos produtivos locais. Este artigo remete a área das Ciências Humanas. Em “agricultura familiar” aparecem diversos resultados alusivas às temáticas distintas. É possível notar questões sobre a cooperação, as cooperativas e sindicatos dos trabalhadores rurais. Há trabalhos que trazem o tema do meio ambiente e as políticas públicas para a solução de problemas ambientais.

Diferenças regionais são pauta de alguns artigos que versam sobre a “agricultura familiar”, tanto no aspecto da tecnologia em diferentes locais do país, quanto a produção local de produtos distintos, como é o caso da produção de Dendê no Pará. Estes trabalhos foram realizados por pessoas com formação nas áreas de Ciências Agrárias e em Ciências Sociais.

As questões da comercialização dos produtos estão presente em três destes dez artigos selecionados. A venda da produção para o setor atacadista, a diversificação da produção e consequentemente da comercialização para o Programa de Aquisição de Alimentos e o acesso aos mercados institucionais, como é o caso da venda de alimentos para escolas da região onde se encontram.

Fatores atuais e pertinentes, como os efeitos da pandemia do Covid-19 sobre o agronegócio e a alimentação, já aparecem no título dos trabalhos encontrados. Além disso, a questão do gênero feminino sendo protagonista na agricultura, também está presente na busca realizada.

Como exposto nesta seção do artigo, esta pesquisa contou com a análise de doze trabalhos ao total. Destes, três foram publicados em 2018, cinco em 2019, três em 2020 e apenas um em 2021. Após esta identificação inicial, apresenta-se na sequência, dos títulos dos trabalhos acadêmicos selecionados, foram apresentados os conceitos dos descritores, conforme o Quadro 4. Além disso, a compreensão da relação entre estes conceitos, se existentes, é apresentada na seguinte seção.

4.2 Os conceitos de agricultura familiar, economia circular e empreendedorismo rural e suas possíveis relações: análise a partir dos dados desta pesquisa

O Quadro 4 apresentado a seguir exibe os conceitos dos descritores “Empreendedorismo Rural”, “Economia Circular” e “Agricultura Familiar” identificados nos trabalhos acadêmicos selecionados.

ARTIGO	TÍTULO	CONCEITO	ARTIGO	TÍTULO	CONCEITO
1	Práticas e mecanismos de uma tecnologia social: proposição de um modelo a partir de uma experiência no semiárido	Empreendedorismo Rural: jovens com potencial criam seus negócios e viram protagonistas sociais em comunidades rurais.	7	A organização do trabalho familiar sob a influência da produção de dendê em Tomé-Açu, Pará	Agricultura familiar: representava por homens, pais e filhos que trabalham com a produção de Dendê.
2	Princípios de economia circular para o desenvolvimento de produtos em arranjos produtivos locais	Economia circular: modo de produção que pensa na sustentabilidade e prolongamento da vida útil dos produtos, ou ainda no reprocessamento e reintegração a cadeia produtiva.	8	Diversificação produtiva e de comercialização de agricultores familiares assentados de Mirandópolis (SP): contribuições do Programa de Aquisição de	Agricultura familiar: o perfil dos agricultores se caracteriza sendo 64% mulheres, 825 casados, 76% estudaram até o ensino fundamental e 52% têm mais de 50 anos.
3	Pluralismo, neocorporativismo e o sindicalismo dos agricultores familiares no Brasil	Agricultura familiar: visto como categoria social que assume diversos sentidos, como em debates acadêmicos e nas políticas públicas, quanto nas disputas políticas.	9	Mulheres rurais e o protagonismo no desenvolvimento rural: um estudo no município de Vitorino, Paraná	Agricultura familiar: segmento social importante para o desenvolvimento rural sustentável.
4	Ruralidades e Política Ambiental: heterogeneidade socioeconômica e lógicas indiferenciadas dos projetos públicos de pagamento por serviços ambientais	Agricultura familiar: para a definição do conceito, levou-se em consideração a Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006.	10	Os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre o agronegócio e a alimentação	Agricultura familiar: grupo de produtores que dependem das cadeias curtas e dos mercados locais de abastecimento para comercialização de sua produção.
5	Agricultura familiar e mercados atacadistas: dinâmicas sociais da Central de Comercialização da Agricultura Familiar (Cecaf/Ceasa) em Recife – Pernambuco	Agricultura familiar: o agricultor familiar é dividido em duas categorias, agricultores produtores e agricultores comerciantes.	11	Diferenças regionais de tecnologia na agricultura familiar no Brasil	Agricultura familiar: conceito demasiado abrangente, tendendo a ocultar os diferentes tipos de agricultores espalhados pelo país.
6	O financiamento do desenvolvimento territorial no Jequitinhonha mineiro entre 2003-2015	Agricultura familiar: categoria política no Brasil, e o agricultor como um ator social.	12	Agricultura familiar e alimentação escolar: desafios para o acesso aos mercados institucionais em três municípios mineiros	Agricultura familiar: categoria social muitas vezes esquecida, deixada de lado pelo poder público e têm suas demandas ignoradas.

Quadro 4: Quadro de conceitos

Fonte: Autora

Na pesquisa de Souza e Pozzebon (2020) (Artigo 1), o conceito de Empreendedorismo Rural é tratado como sendo uma ação que conjuga a criação de um negócio no campo e que apresente relevância social. Neste trabalho, sobretudo, esta relevância assenta no fato de esta ação social possibilitar a permanência dos jovens no campo, evitando o êxodo rural. De acordo com os autores, o empreendedorismo local e rural por meio de jovens é capaz de mudar a realidade de uma região. Neste artigo, o conceito de Economia circular não aparece e a Agricultura Familiar é citada para contextualizar a realidade do jovem no meio rural. Não obstante, a inovação social é vista através da lente da tecnologia social, a fim de combater as desigualdades sociais. Essa transformação ocorre pela redução do êxodo rural por meio do fomento ao empreendedorismo rural.

Em “Princípios de economia circular para o desenvolvimento de produtos em arranjos produtivos locais” (OLIVEIRA, FRANÇA e RANGEL, 2019), a Economia circular é exposta de forma isolada aos demais descritores. Este conceito é abordado como modo de produção que pensa na sustentabilidade e prolongamento da vida útil dos produtos, ou ainda no reprocessamento e reintegração a cadeia produtiva. O valor dos produtos, materiais e recursos se mantém na economia pelo máximo de tempo, minimizando a geração de resíduos, proporcionando inovações e desenvolvimento local.

Adentrando aos trabalhos que versam sobre Agricultura familiar, a análise iniciou-se pelo trabalho de Picolotto (2018). Este autor, em sua pesquisa, aponta que o agricultor familiar é visto como personagem político e o conceito de Agricultura Familiar é abordado sob o ponto de vista de identidade política e projeto de agricultura. O conceito/descritor “agricultura familiar” apresenta questões bem específicas e burocráticas quanto a vida dos agricultores familiares. Como é o caso da formação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar e a geração da pluralidade sindical.

Já na pesquisa “Ruralidades e Política Ambiental: heterogeneidade socioeconômica e lógicas indiferenciadas dos projetos públicos de pagamento por serviços ambientais” (CHIODI, MARQUES e MURADIAN, 2018), para a definição do conceito, levou-se em consideração a Lei nº11.326 de 24 de julho de 2006, a qual estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Segundo os autores da pesquisa, os agricultores familiares residem e trabalham permanentemente em suas propriedades rurais, tendo como principal fonte de renda a agropecuária. Esta produção é para autoconsumo e para comercialização. Também está em pauta os impactos das políticas ambientais sobre os proprietários rurais (agricultores familiares e novos moradores desses espaços) e a divergência nos pagamentos entre os favorecidos por esses programas.

A agricultura familiar, de acordo com a pesquisa de Moraes e Pires (2018), é dividida nas seguintes categorias: agricultores produtores e agricultores comerciantes. Além disso, quando abordada a questão da comercialização, apresenta-se a classe dos comerciantes parceiros. Dentre esses agricultores, 62% estão domiciliando em propriedade rural, 38% em propriedade urbana e apenas 6% mantem a família vivendo na zona rural. As dificuldades que os agricultores familiares têm em comercializar seus produtos são amenizadas, de acordo com o estudo, a partir de projetos como a Central de comercialização da agricultura familiar (Cecaf) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), os quais promovem o acesso a alimentos provenientes da agricultura familiar para a população, incluindo pessoas em situação de insegurança alimentar. Além disso, representa um aumento expressivo da renda desses produtores

Concomitante a esta pesquisa, em “O financiamento do desenvolvimento territorial no Jequitinhonha mineiro entre 2003-2015” (BATISTA et al., 2021), o tema da agricultura familiar é abordado no contexto de projetos públicos de estímulo ao desenvolvimento territorial, com incentivo à descentralização, governança local e gestão social. Concluiu-se que o sucesso desses projetos depende da relação entre a iniciativa e o seu público.

A agricultura familiar retratada no trabalho de Mota, Ribeiro e Schmitz (2019) é representada por homens, pais e filhos que trabalham com a produção de Dendê. As mulheres da família não trabalham diretamente na agricultura, mas sim no processamento dos frutos. Além disso, a pesquisa revela as diferenças na relação das famílias com a dendeicultura, onde muitas delas têm contratos extensos com a agroindústria.

Na pesquisa feita por Modenese e Sant'Ana (2019), com foco em agricultores que participaram do Programa de Aquisição de Alimentos, na cidade de Mirandópolis, o perfil se caracteriza como sendo majoritariamente mulheres que trabalham com a pecuária leiteira, a olericultura e fruticultura. Além disso, uma característica vista como positiva é a longa experiência desses profissionais na agricultura, mas este fato, em contrapartida, pode representar limitações na produção, e também a dificuldade de manter os jovens no campo. Acarretando num possível comprometimento da reprodução social da agricultura familiar.

Na pesquisa “Mulheres rurais e o protagonismo no desenvolvimento rural: um estudo no município de Vitorino, Paraná” (SCHNEIDER et al. 2020), a agricultura familiar é vista como segmento social importante para o desenvolvimento rural sustentável. Sendo responsável por 38% do valor bruto da produção interna do país e representa 85% dos estabelecimentos agropecuários. No ambiente rural, acontecem as relações familiares, de trabalho e sociais. Com enfoque na mulher no meio rural, os pesquisadores relatam sobre as atividades leiteiras, que

historicamente são exercidas por mulheres. Além disso, o êxodo rural feminino ocorre entre jovens de 16 a 25 anos, o que retrata as poucas possibilidades e incentivos para a mulher no campo. Apesar da mulher já ter conquistado muito, o êxodo rural das jovens causa o envelhecimento da população do campo, e ainda existe muita diferenciação entre os gêneros quando se fala de divisão de trabalho e hierarquização.

Os autores da pesquisa “Os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre o agronegócio e a alimentação” (SCHNEIDER et al., 2020), trazem a agricultura familiar como sendo um grupo de produtores que dependem das cadeias curtas e dos mercados locais de abastecimento para comercialização de sua produção. O conceito de agricultura familiar, conforme Souza et al., (2019), revela-se demasiado abrangente, tendendo a ocultar os diferentes tipos de agricultores espalhados pelo país. É percebido nesta pesquisa, a heterogeneidade tecnológica aplicada na agricultura familiar, seja ela por questões do tamanho das terras, recursos financeiros, mão de obra, acesso às políticas públicas, acesso à assistência técnica e localização.

Por fim, de acordo com a pesquisa de Assis, França e Coelho (2019), a agricultura familiar é abordada como uma categoria social muitas vezes esquecida, deixada de lado pelo poder público e tem suas demandas ignoradas. Frente a isso, o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) é um modelo de incentivo aos agricultores locais, gerando desenvolvimento local e proporcionando uma alimentação saudável. O programa leva aos agricultores a segurança da compra do produto, mas muitas vezes esses trabalhadores têm dificuldades de aceitar e se adaptar ao PNAE, seja por falta de informação, seja por receio ou más experiências anteriores.

Considerando o panorama apresentado pelos textos pesquisados, é notável que muitas das pesquisas referem-se a questões econômicas, comerciais, financeiras e ambientais. As questões tecnológicas, de desenvolvimento, produção e de gênero também estão presentes. O agricultor familiar é um agente social com enorme poder e importância sobre a vida dos demais indivíduos de um local. Esse agente movimenta a economia, gera renda e empregos e, ainda, produz alimentos. A sua ação, é capaz de preservar ou denegrir o meio ambiente. E isso dependerá de diferentes variáveis, dentre elas, políticas e programas públicos de apoio e incentivo ao trabalho no campo, referenciais e modelo de agricultura valorizados politicamente, economicamente e socialmente.

Apesar do conceito de economia circular não ter sido vastamente encontrado, foi possível perceber a importância da consideração dos processos alusivos, uma vez que proporciona inovações e desenvolvimento local, impacta diretamente sobre o empreendedorismo rural. Esta nova forma de economia carrega consigo a perspectiva de

restauração, de ciclo fechado, gestão dos resíduos e a produção de valor com materiais que antes eram considerados resíduos. Por isso, torna-se tão significativa quando o assunto são novos negócios criados e desenvolvidos por jovens, que visam um futuro mais limpo, consciente e sustentável.

Sobre o ângulo da produção de alimentos, sustento da família no campo, preservação do meio ambiente, inter rompimento do êxodo rural, incentivo aos jovens empreendedores, entre outros, a agricultura familiar torna-se referência para estes assuntos. Sobretudo, quando traz consigo a economia circular para cuidar dos recursos escassos e tão preciosos, valorizando e fertilizando o solo, e melhorando a qualidade dos alimentos produzidos, impulsionado pelo empreendedorismo rural. Esta tríplice relação, estudada e confirmada a partir da análise empreendida nos artigos pesquisados, tem a sua compreensão apresentada na Figura que segue:

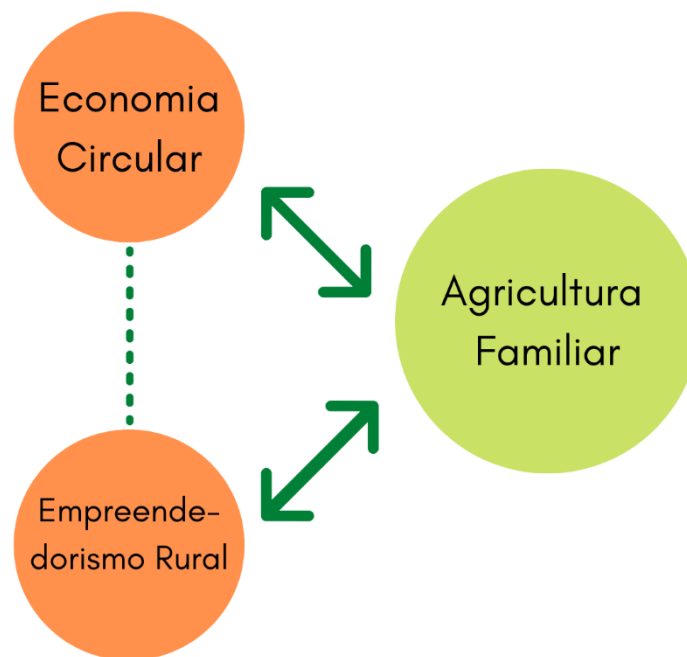


Figura 1: A relação da economia circular e do empreendedorismo rural com a agricultura familiar

Fonte: Autora

Percebe-se que a agricultura familiar congrega todos os valores necessários ao empreendedorismo rural e a economia circular. Uma vez que estes agricultores exercitam suas atividades em pequenas propriedades, produzindo alimentos para sua família e comunidade local, respeitando as estações do ano e os ciclos da natureza, sua relação direta com a terra, a cooperação entre o trabalho, a terra e a família. Nota-se assim, que os três conceitos possuem estreita relação, onde a economia circular e o empreendedorismo rural, necessitam da figura do agricultor familiar.

5 CONCLUSÃO E APRECIÇÃO

Os problemas ambientais que estão sendo vivenciados no mundo todo, a produção desenfreada de lixo e a escassez dos recursos naturais são problemáticas que motivaram esta pesquisa. Os conceitos de economia circular, agricultura familiar e empreendedorismo rural surgem como possíveis caminhos para a solução de tais problemas.

No início deste trabalho acreditava-se que a economia circular serviria como base para a agricultura familiar e como consequência, teria forte impacto sobre o empreendedorismo rural. No entanto, o conceito de Economia Circular é apresentado de forma isolada dos demais descritores na literatura pesquisada.

Apesar deste fato, a autora deste trabalho percebe que a Economia Circular adquire relevada importância para o futuro da agricultura familiar sustentável e para o empreendedorismo rural, impactando positivamente novos negócios de sucesso.

O empreendedorismo rural, é visto como uma alternativa para o êxodo rural, industrialização da agricultura e a produção monocultura latifundiária. Proveniente da agricultura familiar tradicional, o empreendedor rural tem como agente principal jovens, filhos e netos de agricultores. Este jovem deve ser incentivado, pela família e pelo governo, através de políticas públicas, a seguir vivendo no campo, inovando e buscando novas alternativas para a produção sustentável e rentável.

O conceito de Agricultura Familiar aparece como sendo o de maior relevância, tanto em número de artigos encontrados, quanto nas diferentes e complexas temáticas abordadas ao conceito. Está claro que a agricultura é a base da economia no Brasil, tendo como a maior parte da produção para a exportação. Além disso, a agricultura familiar é a responsável por alimentar a população, gerando renda e alimentos de qualidade para uma grande parcela da população. No Brasil, o agricultor familiar tem forte papel perante a política, mas é pouco reconhecido quanto a sua importância para o desenvolvimento do país quando considerada sua representatividade frente ao modelo do latifúndio monocultor agrário.

Ao que foi pesquisado, observa-se a escassez de trabalhos acadêmicos brasileiros que relacionem os conceitos de “Economia Circular” e “Empreendedorismo Rural”, o que configura uma oportunidade para estudos futuros. A agricultura familiar, executada com tecnologia, inovação, pensando no reaproveitamento de recursos, não geração de lixo, de forma cíclica, é tida como uma economia circular. Tal economia gera inúmeros e necessários benefícios para todos os *stakeholders*, promovendo alimentos de alta qualidade, nutritivos, livre de produtos químicos à medida em que fomenta a economia local, trazendo renda para essas famílias

produtoras, qualidade de vida, unindo e apoiando a comunidade. Além disso, incentiva as novas gerações a permanecerem no campo, dando continuidade a este trabalho que é essencial para toda a população.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **De volta para o futuro:** mudanças recentes na agricultura familiar. Seminário Nacional do Programa de Pesquisa em Agricultura Familiar da EMBRAPA, v. 1, 1997.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão.** São Paulo: HUCITEC, 1992.

ANTUNES, L. M.; FLORES, A. W.; RIES, L. R. **Gestão rural.** Porto Alegre: ed. dos autores, p. 29, 2006.

ARAÚJO, M. G.; VIEIRA, A. O. **A economia circular pode ser solidária.** Política nacional de resíduos sólidos: Implementação e monitoramento de resíduos urbanos. p. 54, 2017.

ARNOLD, G. **Empreendedorismo rural:** um estudo sobre a inserção do técnico em agropecuária, egresso do IFRS-Campus Sertão. 2011.

ASSIS, T. R. P.; FRANÇA, A. G. M.; COELHO, A.M. **Agricultura familiar e alimentação escolar:** desafios para o acesso aos mercados institucionais em três municípios mineiros | Este artigo resulta de pesquisa apoiada pela Fapemig. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 57, n. 4, p. 577-593, 2019.

BATISTA, A. A. et al. **O financiamento do desenvolvimento territorial no Jequitinhonha mineiro entre 2003-2015.** Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 59, 2021.

BERNDTSSON, M. **Circular economy and sustainable development.** 2015.

BRASIL, Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimento familiares rurais.** Diário Oficial da União-Seção, 2006.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. **Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.** Diário Oficial da União, 2010.

BRAUNGART, M.; MCDONOUGH, W.; BOLLINGER, A. **Cradle-to-cradle design:** creating healthy emissions—a strategy for eco-effective product and system design. Journal of cleaner production, v. 15, n. 13-14, p. 1337-1348, 2007.

CARNEIRO, M. J. **Agricultores familiares e pluriatividade:** tipologias e políticas. In: COSTA, L.F.C.; MOREIRA, R.J.; BRUNO, R. (org.). Mundo rural e tempo presente. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

CELLA, D. **Caracterização dos fatores relacionados ao sucesso de um empreendedor rural**. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Ciências). Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo. Piracicaba, 2002.

CHIODI, R. E.; MARQUES, P. E. M.; MURADIAN, R. S. **Ruralidades e Política Ambiental: heterogeneidade socioeconômica e lógicas indiferenciadas dos projetos públicos de pagamento por serviços ambientais**. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 56, n. 2, p. 239-256, 2018.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Desafios para Indústria 4.0 no Brasil**. Brasília: CNI, 2016.

DE OLIVEIRA ESTEVAM, D.; MIOR, L. C. (Ed.). **Inovações na agricultura familiar: as cooperativas descentralizadas em Santa Catarina**. Editora Insular, 2014.

DE OLIVEIRA, L. D. **Os "Limites do Crescimento" 40 Anos Depois**. Revista Continentes, n. 1, p. 72-96, 2012.

DINIZ FILHO, E. T. et al. **A prática da compostagem no manejo sustentável de solos**. Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável, v. 2, n. 2, p. 27-36, 2007.

ELLEN MARCARTHUR FOUNDATION. **Towards the circular economy: Economic and business rationale for an accelerated transition**. Isle of Wight: EMF, 2012.

ENDO, G. Y.; BACK, V. T.; HOFER, E. **Empreendedorismo rural: motivações para a diversificação de culturas na agricultura familiar do oeste de São Paulo**. Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo, v. 3, n. 5, p. 5-21, 2018.

FILLION, L. J. **Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios**. Revista de administração, v. 34, n. 2, p. 5-28, 1999.

FRANCISCO, Papa. **Carta Encíclica Laudato SI' Do Santo Padre Francisco sobre o cuidado da casa comum**. 2015. Disponível em: http://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papafrancesco_20150524_encyclica-laudato-si.html. Acesso em: 02/10/2020.

GARCIA FILHO, D. P. **Análise diagnóstico de sistemas agrários: guia metodológico**. INCRA/FAO, v. 65, 1999.

GREGSON, N. et al. **Interrogating the circular economy: the moral economy of resource recovery in the EU**. Economy and society, v. 44, n. 2, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Agricultura familiar. Primeiros resultados: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

KIRCHHERR, J., REIKE, D., HEKKERT, M. **Conceptualizing the circular economy: An analysis of 114 definitions**. Resources, conservation and recycling, v. 127, 2017.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar: uma realidade multiforme**. Tradução de Jehovanira C. de Souza. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LEITE, Y. V. P.; MORAES, W. F. A. **Facetas do risco no empreendedorismo internacional**. Revista de Administração Contemporânea, v. 18, n. 1, p. 96-117, 2014.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada**. Porto Alegre, 2001.

MARTINS, J. S. **Ímpares sociais e políticos em relação à reforma agrária e a agricultura familiar no Brasil**. Santiago, Chile, 2001.

MARQUES, A; SILVA, R. **O camponês, o rural e o agronegócio—diversas abordagens na geografia agrária brasileira**. Interface, n. 7, p. 38-46, 2014.

MAPA, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Agricultura Familiar**. Afinal, o que é agricultura familiar? Acesse para conhecer essa atividade, responsável por boa parte dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros. 04 mai. 2020. Disponível em <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agriculturafamiliar/agricultura-familiar-1>>. Acesso em: 07 out. 2020.

MCCLELLAND, D. C. **Assessing human motivation**. General Learning Press, 1971.

MESSINA, G. **Estudio sobre el estado da arte de la investigacion acerca de la formación docente en los noventa**. Organización de Estados IberoAmericanos para La Educación, La Ciencia y La Cultura. Reunión de consulta Técnica sobre investigación en formación del profesorado. México, 1998.

MILIOS, L. **Advancing to a Circular Economy: three essential ingredients for a comprehensive policy mix**. Sustainability Science, v. 13, n. 3, p. 861-878, 2018.

MMA, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS)**. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/responsabilidadesocioambiental/producao-e-consumo-sustentavel/plano-nacional>. Acesso em: 30/09/2020.

MODENESE, V. S.; SANT'ANA, A. L. **Diversificação produtiva e de comercialização de agricultores familiares assentados de Mirandópolis (SP): contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos**. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 57, n. 4, p. 636-655, 2019.

MORAES, J. G., PIRES, M. L. L. S. **Agricultura familiar e mercados atacadistas: dinâmicas sociais da Central de Comercialização da Agricultura Familiar (Cecaf/Ceasa) em Recife—Pernambuco**. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 57, n. 2, p. 309-325, 2018.

MOTA, D. M.; RIBEIRO, L.; SCHMITZ, H. **A organização do trabalho familiar sob a influência da produção de dendê em Tomé-Açu, Pará**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 14, n. 2, p. 531-552, 2019.

MOTTA, M.; GUIMARÃES, E. **História social da agricultura revisitada: fontes e metodologia de pesquisa**. Diálogos, v. 11, n. 3, p. 95-117, 2007.

MURRAY, A.; SKENE, K.; HAYNES, K. **The circular economy: an interdisciplinary exploration of the concept and application in a global context.** Journal of business ethics, v. 140, n. 3, o. 369 – 380, 2017.

OCTAVIANO, C. **Muito além da tecnologia: os impactos da Revolução Verde.** ComCiência, n. 120, p. 0-0, 2010.

OLIVEIRA, F. R. de; FRANÇA, S. L. B.; RANGEL, L. A. D. **Princípios de economia circular para o desenvolvimento de produtos em arranjos produtivos locais.** Interações (Campo Grande), v. 20, n. 4, p. 1179-1193, 2019.

PICOLOTTO, E. L. **Pluralismo, neocorporativismo e o sindicalismo dos agricultores familiares no Brasil.** Sociedade e Estado, v. 33, n. 1, p. 85-115, 2018.

PINHEIRO, D. **A agricultura familiar e suas organizações: o caso das associações de produtores.** Agricultura familiar: realidades e perspectivas, v. 2, p. 337-365, 2001.

REIFSCHNEIDER, F. J. B. et al. **Novos ângulos da história da agricultura no Brasil.** Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2010., 2010.

REIS, E. P.; ARMOND, A. C. **Empreendedorismo.** Curitiba. IESDE Brasil, 2012.

SAVOLDI, A.; CUNHA, L. A. **Uma abordagem sobre a agricultura familiar, PRONAF e a modernização da agricultura no sudoeste do Paraná na década de 1970.** Revista Geografar, v. 5, n. 1, 2010.

SCHNEIDER, C. O. et al. **Mulheres rurais e o protagonismo no desenvolvimento rural: um estudo no município de Vitorino, Paraná.** Interações (Campo Grande), v. 21, n. 2, p. 245-258, 2020.

SCHNEIDER, S. et al. **Os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre o agronegócio e a alimentação.** Estudos Avançados, v. 34, n. 100, p. 167-188, 2020.

SCIELO, SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY. Disponível em: < <https://scielo.org/pt/>>. Acesso em: 8 nov. 2020.

SCHUMPETER, J. **“O Fenômeno Fundamental do Desenvolvimento Econômico”.** A Teoria do Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro, 1985.

SEHNEM, S., PEREIRA, S.C.F. **Rumo à Economia Circular: Sinergia Existente entre as Definições Conceituais Correlatas e Apropriação para a Literatura Brasileira.** Revista Eletrônica de Ciência Administrativa, v. 18, n. 1, 2019.

SERTEK, P. **Empreendedorismo.** Editora Ibepex, 2007.

SOUZA, A. C. A. A.; POZZEBON, M. **Práticas e mecanismos de uma tecnologia social: proposição de um modelo a partir de uma experiência no semiárido.** Organizações & Sociedade, v. 27, n. 93, p. 231-254, 2020.

SOUZA, M. M. O. **Programas de crédito rural orientado e o desenvolvimento da agricultura familiar no meio rural do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.** 1999.

SOUZA, P. M. de et al. **Diferenças regionais de tecnologia na agricultura familiar no Brasil.** Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 57, n. 4, p. 594-617, 2019.

STAHEL, W. R. **The circular economy.** Nature, v. 531, n. 7595, p. 435-438, 2016.

TINOCO, S. T. J. **Análise sócio-econômica da piscicultura em unidades de produção agropecuária familiares da região de Tupã.** São Paulo, 2006.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 2008.

VALENCIANO SENTANIN, L. H.; BARBOZA, R. J. **Conceitos de empreendedorismo.** Revista Científica Eletrônica de Administração, v. 6, n. 4, p. 685-693, 2005.

WANDERLEY, M. N. B. **O campesinato brasileiro: uma história de resistência.** Revista de economia e sociologia rural, v. 52, p. 25-44, 2014.

WANDERLEY, M. N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** In: TEDESCO, João Carlos (Org.). Agricultura familiar realidades e perspectivas. Passo Fundo: UPF Editora, 2001.

WEBSTER, K. **The circular economy: a wealth of flows.** Ellen MacArthur Foundation Publishing, 2015.

ZANG, H. M. **The Research on Theory of Governance and Application in the Circular Economy of Urban.** Tese de Doutorado. Ph. D Dissertation, Tongji University, Shanghai, China, 2006.